

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-06-05

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Marques, E. M. (2013). Os "10 minutos": Conhecimento técnico, hierarquia e força de trabalho entre os vidreiros da Marinha Grande. In Bruno Monteiro, Joana Dias Pereira (Ed.), *De pé sobre a terra: Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*. (pp. 1073-1093). Lisboa: FCSH: IHC - Instituto de História Contemporânea.

Further information on publisher's website:

<http://hdl.handle.net/10362/11192>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Marques, E. M. (2013). Os "10 minutos": Conhecimento técnico, hierarquia e força de trabalho entre os vidreiros da Marinha Grande. In Bruno Monteiro, Joana Dias Pereira (Ed.), *De pé sobre a terra: Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*. (pp. 1073-1093). Lisboa: FCSH: IHC - Instituto de História Contemporânea.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Os “10 minutos”

CONHECIMENTO TÉCNICO, HIERARQUIA E FORÇA DE TRABALHO
ENTRE OS VIDREIROS DA MARINHA GRANDE

Ainda em 1999 era prática corrente, e todos os envolvidos garantiam que sempre assim tinham feito e visto fazer. Nas fábricas vidreiras de produção manual da Marinha Grande, antes do final de cada meio trabalho – isto é, antes do intervalo para refeição e depois, novamente, antes do fim da jornada – as equipas hierarquizadas de produção, as “obragens”, ensaiavam por 10 ou 15 minutos o seu próprio futuro organizacional. O “oficial”, ou “mestre”, cedia lugar ao 1º ajudante, para que se exercitasse no trabalho que um dia lhe caberia, passando cada um dos restantes também às funções do posto acima, com idêntica finalidade de treino.

Ao longo do período sobre o qual se centra esta reflexão, entre os anos 20 e os anos 70 (inclusive) do século XX, e certamente desde muito antes, os “10 minutos” constituíram um momento nuclear, tanto do ponto de vista material como simbólico, no multifacetado processo de reprodução do conhecimento técnico vidreiro e de controlo operário sobre esse conhecimento e essa reprodução. Ao mesmo tempo, a análise desta particular prática fabril enquanto instituição chave naquele processo proporciona acesso privilegiado às dinâmicas de tensão entre hierarquia interna e coesão face ao exterior que caracterizavam fortemente o grupo sócio-ocupacional vidreiro. Neste texto,

que se apoia em dados historiográficos e etnográficos construídos a partir de fontes escritas e orais e de permanências em terreno fabril¹ – propõe-se ainda, à luz das observações de Marx (1909) sobre a força de trabalho em contexto capitalista, que a detenção colectiva do conhecimento técnico observada no caso dos vidreiros marinhenses pode utilmente ser pensada em termos de uma mercadorização incompleta da força de trabalho – o que explicaria a assinalável capacidade negocial vidreira marinhense² de um modo mais ajustado à empiria disponível do que, por exemplo, a aplicação do conceito de aristocracia operária.

1 Este texto retoma, articulando-os em função da problemática enunciada, um conjunto de dados e argumentos anteriormente construídos e publicados, em particular: num estudo de síntese do multissecular percurso da indústria vidreira na Marinha Grande (Marques 1998a); numa investigação, integrada em projecto comparativo, sobre práticas técnicas, memória social e identidade ocupacional vidreiras, com base em fontes escritas, observação directa em contexto fabril e entrevistas (realizadas por Ana Mafalda Ventura) a 49 vidreiros, reformados ou no activo (Marques 2000); e numa investigação sobre usos sociais da técnica entre os vidreiros, centrada nos condutores de máquinas automáticas mas abrangendo aspectos dos fabricos manual e semiautomático (Marques 2009). Deste modo, não se detalham aqui fontes e metodologias, indicando-se antes, a cada caso, as publicações anteriores que as pormenorizam. Agradeço a Joana Dias Pereira e a Bruno Monteiro o convite para apresentar ao encontro Áreas Industriais e Comunidades Operárias a comunicação de que se origina este texto, bem como aos participantes no encontro os seus comentários e críticas.

2 Que se expressa (entre muitos exemplos possíveis) nas suas repetidas diligências, documentadas para desde meados do século XIX, de intervenção directa, mais ou menos formal, sobre a administração fabril (Marques 1998a, nota 56), no seu controlo do acesso dos industriais à mão-de-obra vidreira especializada e das cadências de trabalho na viragem para os anos 1920 (Marques 1997, 19–20), no reconhecimento oficial da obragem enquanto unidade de negociação e redistribuição salarial já em pleno fabrico semiautomático (Marques 2009, 193) ou (e talvez sobretudo) no seu comparativamente elevado nível salarial, mesmo durante os anos 1930 e 40 (Mónica 1981, 517–18).

O saber vidreiro marinhense: da raridade inicial à apropriação local

Nas suas 15 detalhadas condições, o Alvará pombalino que em 8 de Julho de 1769 autoriza o negociante inglês Guilherme Stephens a comprar e reactivar uma arruinada manufactura vidreira sita no lugar da Marinha Grande³ procura conferir ao proprietário o mais amplo controlo sobre meios e condições tidos por indispensáveis ao êxito da empresa: espaço fabril, vias de comunicação, força motriz, combustível, matérias-primas, capital – e o conhecimento operatório indispensável à produção. Evidentemente, enquanto coisas inertes como terrenos, linhas de água ou lenhas se disponibilizam sem problemas à apropriação, já o conhecimento é uma substância social, inexistente fora das teias de relações e significados em que se constitui e institui, e cuja apropriação se decide, portanto, no âmbito de intrincadas dinâmicas de poder e reprodução social. E sobre estas, no caso presente, nem Stephens, nem Pombal, nem o rei – todos eles exteriores ao contexto social relevante – podiam exercer qualquer tipo de controlo.

Assim, ditando embora o Alvará régio aos mestres vidreiros a obrigatoriedade de ensinarem o ofício aos aprendizes “sem reserva de

3 Fac-simile em Barros (1998). A manufactura a reactivar correspondia ao que restava da transferência para a Marinha Grande (i.e., para junto da considerável fonte de combustível constituída pelo Pinhal de Leiria), em 1747 ou 48, da Real Fábrica de Vidros Cristalinos, que havia sido criada por iniciativa régia junto a Coima em 1719 (fontes e desenvolvimento em Marques 1998a).

segredo algum”⁴, a verdade é que apenas os próprios poderiam saber a que ponto aplicavam ou infringiam tal ditame. O estudo detalhado dos relatórios de actividade da fábrica (Marques 1999a), cuja elaboração anual era imposta a Stephens pelo mesmo Alvará e que contém a lista nominal dos assalariados com indicação de funções, permite observar como desde estes tempos iniciais a entrada e a progressão no ofício se encontram influenciadas pelo lugar de cada um nas redes de relacionamento locais, em particular aquelas ditadas pelo parentesco. Logo o primeiro desses relatórios, datado ainda de 1769, acrescenta ao nome de cada um dos aprendizes entretanto admitidos a menção “filho do mestre fulano...”. E observando as promoções a mestre de acordo com os relatórios disponíveis verifica-se que pelo menos metade dos 14 mestres formados a partir dos aprendizes que entraram na fábrica entre 1769 e 1774, inclusive, tem apelido em comum com indivíduos que eram mestres durante o seu aprendizado – quando, entre os 20 outros aprendizes entrados durante o mesmo período e cuja promoção a mestre não se observa, somente 4 apresentam aqueles nomes (Marques 1999a, 19)⁵. Parece portanto ter-se verificado uma apropriação precoce do saber técnico segundo dinâmicas endógenas ao grupo vidreiro em formação – e como parte nuclear, justamente, desse pro-

4 O Alvará especifica o número de aprendizes a acolher (seis) e obriga, no espírito do fomento pombalino, a que sejam portugueses.

5 Para uma periodização do sector na Marinha Grande ao longo do século XX, incluindo as mudanças ocorridas nos anos 1960 a nível da reprodução social do grupo vidreiro, ver Marques (2000, 216 segs). A transmissão familiar do ofício, especificamente, mantém-se relevante até essa década (Marques 1995, 113–14, 2000, 228).

cesso de criação e reprodução de um novo agregado sócio-ocupacional, bem demarcado, coeso e dotado de argumentos pertinentes nas relações de poder que percorrem a fábrica.

Duzentos anos depois, a Fábrica-Escola Irmãos Stephens (assim se designava desde 1954) não vira ainda nascer o “Centro de Aprendizagem onde se efectue com rapidez a formação teórica e prática de técnicos e artistas, para serem utilizados por todas as empresas cristaleiras”⁶, que o Instituto Nacional de Inovação Industrial definiu como seu projecto para o estabelecimento, o qual tutelava desde havia já uma década (Marques 1998b, V)⁷. Os vidreiros continuavam – e continuariam, nesta como nas restantes fábricas marinhenses – detentores desse recurso produtivo fundamental, cuja transmissão controlavam inteiramente. Apesar das intenções do INII, e de várias administrações fabris pelo menos desde 1865 (Marques 1995, 102), nenhum modo de aprendizagem formal do ofício, com intervenção de agentes alheios ao grupo e/ou obedecendo a lógicas exteriores à sua reprodução social (por exemplo, a lógica, patente na citação acima, de uma mais rápida – logo menos onerosa – formação de

6 “Empresas cristaleiras”, ou “cristalaria”, designa o fabrico, em cristal ou, habitualmente, em vidro comum, de artigos utilitários ou decorativos para uso doméstico ou hoteleiro – por oposição ao fabrico de vidro de embalagem destinado à indústria alimentar (“garrafaria”) e ao fabrico de vidro plano (“vidraça”).

7 Efectivamente instituído em 1959, no âmbito do II Plano de Fomento, o INII passa no mesmo ano a tutelar a FEIS. O trecho citado integra o discurso do director da Fábrica nas comemorações do respectivo bicentenário, em 1969. Para fontes e desenvolvimento sobre a relação entre a Fábrica e o INII, ver MARQUES (1998b).

mão-de-obra qualificada) pudera ser estabelecido⁸. O conhecimento técnico circulava exclusivamente entre operários e, duas vezes por dia, durante os “10 minutos”, as dinâmicas de reprodução social vidreira sobrepunham-se às da produção material e da acumulação de capital.

A construção social da qualificação vidreira: matéria, decisão e significado

À “boca do forno”, ou na “zona quente” (termos sinónimos que designam, na fábrica, o espaço de trabalho dos vidreiros) são inúmeras as seqüências operatórias que se apresentam muito pouco intuitivas: é comum darem-se muitas voltas, cuja racionalidade só os entendidos reconhecem, para chegar ao resultado pretendido – “o vidro só se trabalha à traição”. Recorrente nas fábricas, este dito traduz também, de modo mais abrangente, as dificuldades de manuseamento de uma matéria instável e escorregadia como é o vidro em fusão, e o modo variável, e frequentemente difícil de prever, como reage à acção técnica. O facto de esta reacção depender muito da temperatura a que se encontra o vidro, e de este começar a arrefecer, numa curva de configuração variável e influenciada por grande número de factores, difíceis de controlar na totalidade, assim que é retirado do forno (onde se encontra a muitas centenas de graus centígrados) para ser trabalhado, conduz a que o fabrico vidreiro manual

8 Também na Inglaterra dos anos 1920 os industriais se queixavam da morosidade e dispêndio envolvidos na formação de vidreiros (Farmer 1924, 81–82): o controlo operário sobre o conhecimento técnico vidreiro seria então generalizado.

possa comportar elementos consideráveis de indeterminação, aleatório e variabilidade – exigindo do executante um processo permanente de avaliação (da variável condição do vidro) e decisão (quanto ao gesto operatório a desencadear e/ou à sua modulação precisa) que impossibilita a definição de uma vez por todas, ao pormenor, da cadeia operatória óptima para se fabricar determinado objecto. Ao mesmo tempo, se a dificuldade de manuseamento, instabilidade e variabilidade da matéria e do processo técnico aconselham trabalho em equipa com estrita divisão de tarefas, é a mesma variabilidade que obriga cada executante a avaliar e a ter em conta os (variáveis) resultados da tarefa anterior, deste modo se observando como que uma interpenetração das sucessivas tarefas, mais do que a sua segmentação. O vidro pode dizer-se, assim, refractário à taylorização.

É importante ter presente, no entanto, que esta resistência não decorre imediatamente das características da matéria-prima. A influência destas é, antes, mediada e modulada por factores díspares e interactuantes, como a utensilagem e o layout fabril, as circunstâncias empresariais e comerciais (traduzidas, por exemplo, na extensão das séries de fabrico, ou nas cadências de produção procuradas) ou o leque de soluções organizacionais socialmente aceitáveis em cada contexto. Assim, nos EUA do final de Oitocentos observaram-se, no fabrico de garrafas, obragens decapitadas (sem oficial), constituídas por 3 “helpers” e 3 “skilled craftsmen”, rodando estes últimos entre tarefas a cada 20 minutos – mas, apesar de muito motivados a adotar este sistema, pelo acréscimo de produtividade do trabalho que proporcionava, os industriais ingleses não puderam fazê-lo devido à forte oposição operária (Meigh 1972, 33). No final dos anos 1990, era

possível observar numa “fábrica-estúdio” da Marinha Grande obras de 2 e 3 vidreiros qualificados, servidos por uma parafernália de dispositivos destinados a um controlo mais fino da curva de arrefecimento do vidro em trabalho (o que evitava certas operações habitualmente resultantes das imprevisibilidades dessa curva), produzindo séries muito limitadas e que desempenhavam também, obrigatoriamente, sendo embora vidreiros de topo, funções habitualmente consideradas de início de carreira (Marques 1999b, 190–91) – mas as fontes orais coligidas mostram que teria sido impensável ver oficiais e primeiros ajudantes a executar tais tarefas em qualquer uma das grandes fábricas marinhenses anteriores (Marques 2000, 223–25). E é precisamente (e unicamente) através destas impossibilidades ou possibilidades sociais e simbólicas que as contingências materiais do fabrico se fazem pertinentemente sentir.

Ora, nas circunstâncias históricas precisas em que a indústria do vidro se instala e se desenvolve na Marinha Grande – raridade inicial do saber técnico vidreiro; criação de uma especificidade local, tanto social como simbólica, associada ao vidro; reforço mútuo das pertenças ocupacional, local e familiar; intersecção, ou mesmo fusão, dos processos de tornar-se vidreiro e tornar-se adulto, uma vez que se entrava precocemente para a fábrica; relativa fragilidade das empresas e do grupo patronal, em termos de volume, de capital, de tecnologia, de capacidades de gestão – nestas circunstâncias particulares, em que o seu conhecimento operatório é o conhecimento que possibilita a produção, foi possível aos vidreiros marinhenses trabalhar

socialmente a variabilidade e a complexidade materiais do fabrico no sentido da sua própria qualificação e autonomia⁹.

Obragens, oficiais e aprendizes

Verdadeiro agente colectivo do processo técnico, a obragem é, concomitantemente, instrumento e expressão daquele processo de produção e reprodução social dos vidreiros.

Qualquer objecto produzido à boca do forno passa pelas suas várias mãos, que dele se ocupam segundo uma divisão de tarefas estreitamente relacionada com a hierarquia do ofício (a qual se concretiza, precisamente, na obragem e no seu funcionamento), numa lógica que supõe correspondência entre lugar hierárquico, nível de competência e dificuldade das tarefas atribuídas¹⁰.

No período em referência, o aprendizado iniciava-se em idade infantil, ou púbere. Até ao 25 de Abril a idade habitual rondava os 12 anos; pela década de 1920 muitos começavam aos 6, e chegar à fábrica em idade escolar (entre os 7 e os 10 anos, aproximadamente) foi comum entre os anos 1930 e 50, inclusive. Para estas crianças operárias, à dureza do trabalho e das condições em que era realizado – exposição a temperaturas extremas e choques térmicos; horários e

9 Para fontes e aprofundamento da história do sector vidreiro na Marinha Grande e da concomitante história da localidade e da sua especificidade vidreira, ver Marques (1995, 1998a).

10 *N'O Capital*, Marx (1909, 381) descreve, a propósito das formas de divisão do trabalho na produção manufactureira, uma obragem de garrafaria inglesa – mas sem referir o carácter hierárquico da equipa, o qual, na sua imaterialidade, facilmente passa despercebido a um observador estranho às dinâmicas sociais da produção.

tarefas excessivos relativamente à sua resistência física; alimentação, descanso e protecção (calçado, por exemplo) insuficientes – somavam-se os frequentes maus-tratos verbais e físicos por parte dos mais velhos, compondo uma experiência recordada como difícil, dolorosa – e formadora: ter “bebido água da celha”¹¹ transfigura-se em experiência inerente à condição vidreira.

Esperava-se dos aprendizes que assegurassem certas tarefas marginais ao processo técnico (como as “obrigações”: limpeza e manutenção primária dos utensílios adscritos à obragem) e, mesmo, que executassem recados pessoais a mando do oficial. No entanto, não é esse o núcleo do seu trabalho: o aprendiz integra uma obragem e participa no processo técnico desde o seu primeiro dia na fábrica, sendo as tarefas que desempenha absolutamente essenciais à produção. Em 1931–33 e em 1945, greves de “garotos” pararam as fábricas marinhas (BONITA 1993, 262; Gomes 2001, 38–41).

Evidentemente, compreender a situação do aprendiz (a desconsideração, o trabalho duro, os maus-tratos) implica tomar em conta a posição inversamente simétrica do oficial, da qual a primeira funcionava como contraponto e confirmação. No período em referência, o oficial é, na obragem, uma figura de autoridade incontestada, e na fábrica um assalariado com prerrogativas próprias, que define e ajusta processos e ritmos de trabalho, impõe estritamente a disciplina

11 Perante as elevadas temperaturas, a sede e o cansaço associados ao trabalho de incessantemente abrir, fechar e arrefecer os moldes, erguendo-os em peso e imergindo-os numa celha, os aprendizes chegariam a beber dessa água não potável.

no interior da obragem e a representa face à administração fabril, interfere decisivamente na constituição da equipa e nas promoções.¹²

Faz certamente sentido supor que a preeminência do oficial neste período ecoasse ainda relações de trabalho pré-industriais – o que é comum em sectores industriais antigos (Hobsbawm 1984, 355) – numa lógica em que o oficial dispõe de considerável autonomia no seu trabalho e a obragem é, antes de mais, a equipa que o coadjuva (precisamente o desenho que se adivinha das disposições do Alvará de 1769). Ao longo do século XX, de facto, o oficial vidreiro marinhense dispôs, pela sua elevada qualificação e pelos mecanismos sociais de produção, transmissão e valorização dessa competência sedimentados ao longo da história do grupo, de uma latitude de acção e de escolha semelhante, em certos aspectos, à do artesão isolado – o que, tratando-se afinal de um assalariado, marca bem o seu elevado estatuto sócio-ocupacional.

Presente na contratação colectiva até 1973, o pagamento à peça aos oficiais e outros vidreiros de topo (geralmente o 1º e o 2º ajudantes) sublinhava esta autonomia e responsabilidade. Inclusive, de um ponto de vista simbólico, o trabalho à peça tal como aparece referido nas fontes¹³ configura uma situação de assalariamento em que a força de trabalho, obrigatoriamente dirigida para fins previamente definidos e especializados, não se encontra, por isso mesmo, sujeita ao livre

12 Este e os anteriores parágrafos apoiam-se no material historiográfico e etnográfico – em particular as entrevistas a antigos vidreiros – coligido e analisado em Marques (2000).

13 - “Preço do branco, garrafas de vidro branco a 10 réis; garrações a 20 réis”, assim se registam termos de negociação salarial nas actas da Associação de Classe dos Garrafeiros (Marques 1997, 20).

arbítrio do empregador. Estes operários não são pagos para fazer o que quer que lhes ordenem durante as horas de trabalho, mas especificamente para fabricar determinado tipo de produtos, por “preços” previamente acordados.

Aristocracia operária, ou modos vidreiros de hierarquia e coesão?

Concretamente, as tabelas estabelecem o valor devido ao oficial por cada um dos objectos fabricados na sua obra (desde que depois aprovados na “escolha”) assim como a percentagem a aplicar no cálculo das remunerações do 1º e do 2º ajudantes¹⁴. Quanto aos restantes, recebem ao dia e não à peça.

Ora, são objectivamente diversos, no tocante aos modos de conduzir o trabalho quotidiano, os interesses imediatos de quem ganha à peça e os de quem ganha ao dia. Mais abrangentemente, a grande abertura do leque salarial faz com que todos almejem ser promovidos quanto antes, e o lugar destacado do oficial nesse leque torna o seu posto particularmente apetecido. Se a progressão na carreira é, de modo geral, muito lenta até aos anos 1960 (dadas a estrutura piramidal do ofício e a inexistência de eficaz protecção na reforma), em épocas de expansão do sector, como foram os anos 1919-21, imediatamente se torna aparente o conflito de interesses que estruturalmente opõe os vidreiros de topo, especialmente os oficiais, aos

¹⁴ Que em 1920, em período de expansão da indústria, vemos aumentar de 70 e 50%, respectivamente, para 80 e 60% (Marques 1997, 20).

restantes: enquanto estes pretendem aceder aos lugares mais qualificados, o que teria como efeito inevitável aumentar a oferta de conhecimento técnico vidreiro, os oficiais procuram a todo o custo impedir esse aumento, que desvalorizaria o seu trabalho e a sua remuneração (Marques 1997, 26–28).

Esta presença, entre os vidreiros, de interesses objectivamente contraditórios e situações sócio-económicas contrastantes ocasionou a aplicação ao grupo do conceito de aristocracia operária. Para o caso marinhense, Mónica (1981) emprega-o ao caracterizar o controlo destes assalariados sobre recursos produtivos essenciais (o conhecimento técnico), traduzido em assinaláveis capacidade negocial e ganhos remuneratórios. Esta proposta não lida, portanto, com o conceito habitual de aristocracia operária, originado na teoria marxista, enquanto condição de vida destruidora, por relativamente privilegiada, da consciência e da acção de classe (o que, de resto, no caso marinhense, iria a contrapelo da empiria disponível¹⁵). Mas já na historiografia britânica, no âmbito da qual a discussão do conceito nesta perspectiva foi particularmente relevante (Hobsbawm 1964; Foster

15 São vidreiros quem leva a cabo a revolta de 18 de Janeiro de 1934 (Patriarca 2000), é a sua presença que faz da localidade um reconhecido bastião oposicionista durante a ditadura e se traduz em maiorias autárquicas comunistas a seguir ao 25 de Abril, é coeva da expressiva diminuição do número de vidreiros na população activa marinhense a perda de influência do PCP na localidade. De resto, tem sido recentemente proposta a ideia de que, de modo geral, as camadas mais bem pagas do operariado nem por isso se afastam da luta de classes, requerendo-se portanto outras explicações que não a noção de aristocracia operária para explicar os fenómenos de conformismo e conservantismo entre trabalhadores (Post 2010).

2010), ocorre repetidamente a identificação dos vidreiros ou seus subgrupos enquanto assalariados com níveis de bem-estar acima da média da classe e, logo, qualificáveis enquanto aristocracia operária (Pelling 1968; Hopkins 1975; Matsumura 1983).

O trabalho de Matsumura (1983), que estuda os cristaleiros vitorianos, distingue-se por accionar o conceito para descrever e interpretar as dinâmicas de poder no interior do grupo. Observando os diferenciais de remuneração e acesso aos níveis superiores da carreira ocupacional, o autor estabelece um corte absoluto entre aqueles no topo da hierarquia (os “aristocratas”) e os restantes. Destes, afirma, muitos aprendizes desempenhariam tarefas meramente auxiliares e muitos deixariam a fábrica sem passar a ajudantes, enquanto grande parte destes, por seu turno, e sobretudo se desprovidos das ligações familiares pertinentes, nunca chegaria a aceder aos postos superiores do ofício.

Também no caso marinhense é certo que muitos aprendizes entrados no período em referência acabam por sair para outras ocupações sem chegarem a progredir na carreira, que só uma parte dos vidreiros atinge o oficialato (outra coisa seria, de resto, aritmeticamente impossível) e que, como já referido, até aos 1960 as ligações familiares mantêm um peso relevante na entrada e progressão na carreira. Por outro lado, contudo, deve notar-se que o poder dos vidreiros de topo, beneficiando os próprios, não deixa de servir também os interesses mais comuns e fundamentais de todo o grupo. Retome-se o exemplo do período 1919-21: dos dois padrões opostos de interesses imediatos então particularmente visíveis, é o dos oficiais que melhor corresponde ao interesse de longo prazo do grupo no seu conjunto,

pois o aumento da oferta de mão-de-obra qualificada degradaria as condições de remuneração de todos, reduzindo a sua “skill rent” - i.e., nos termos neo-marxistas de Wright, a parcela de excedente apropriável pelos assalariados detentores de um saber escasso e crucial à produção (1997, 22). Ora, é certamente também por esta coincidência entre o interesse imediato dos oficiais e o interesse vidreiro comum de mais dilatado prazo que os primeiros se vão mantendo como porta-vozes e figuras de autoridade no seio do grupo.

Sobretudo, a aplicação aos vidreiros da noção de aristocracia operária como proposta por Matsumura (1983) dificilmente se concilia com a unicidade fundamental do processo técnico e, mais ainda, da carreira ocupacional, efectivamente una e integrada: todo o oficial foi aprendiz, todo o aprendiz é um oficial em potência. Perder de vista esta unicidade estrutural é impedir-se de compreender cabalmente os processos, estreitamente relacionados, de trabalho e de produção e reprodução do grupo vidreiro, marcados, justamente, por relações de tensão e complementaridade entre hierarquia e coesão.

Os “10 minutos”: instituir a propriedade colectiva do saber técnico vidreiro

É sob o ponto de vista desta tensão que mais interessante se torna olhar os “10 minutos”.

Pensar, como se propôs acima, o poder dos oficiais vidreiros marinhenses das décadas de 1920 a 70 como repercutindo ainda o estatuto do mestre artesão pré-industrial é também reconhecer as decisivas diferenças que obviamente os separam daquele padrão. Não apenas porque trabalham em ambiente fabril e são,

inquestionavelmente, trabalhadores assalariados, e porque o seu trabalho obedece a exigências sócio-técnicas de produtividade e normalização antes ausentes, mas também porque, no interior do grupo vidreiro, a sua preeminência é agora fortemente contrabalçada pela própria unicidade do processo técnico e, sobretudo, da carreira ocupacional.

Sendo impossível reconstituir o processo, provavelmente longo e conflitual, de que esta se originou, as fontes disponíveis permitem, pelo menos, identificar um ponto de partida. Assim, a análise dos relatórios Setecentistas já mencionados indicia que nos primeiros anos da Real Fábrica se desenham duas carreiras distintas, com os aprendizes passando directamente a mestres e os ajudantes sendo-o permanentemente, sem terem sido aprendizes nem chegando a ser mestres (Marques 1999a, 18). Caber-lhes-iam então, presumivelmente, tarefas de apoio, distintas daquelas executadas pelos mestres, e ser-lhes-ia negado o acesso ao conhecimento técnico que lhes poderia permitir chegar, mais tarde, ao topo do ofício. Já os aprendizes, esses, estariam desde início na carreira principal. As mesmas fontes indiciam também, contudo, que os dois percursos terão começado a fundir-se – e, conseqüentemente, o grupo vidreiro marinhense a ensaiar os seus modos característicos de reprodução social – logo a partir, pelo menos, da década de 1790 (idem, 19): uma precocidade expressiva.

E parece ser este mesmo caminho em direcção a um grupo ocupacional mais coeso e abrangente que vemos desenhar-se através da instituição dos “10 minutos”. Se, na perspectiva de quem entrou para a fábrica no início do século XX, estes podem ainda ser representados

como uma dádiva do oficial ao 1º ajudante¹⁶ (o que mais uma vez demonstra a preeminência dos oficiais na obragem e no grupo) a verdade é que a presença dos “10 minutos” limita a discricionariedade na transmissão do conhecimento técnico. Podendo decerto ser orientado de diversos modos pelo oficial, que mantém, designadamente, um nível considerável de controlo sobre o conhecimento que explicitamente transmite ou retém durante este período, os “10 minutos” democratizam, ainda assim, o acesso ao saber do ofício. Alguns poderão vê-los como uma dádiva do oficial, mas este sabe que se trata de uma obrigação que não pode omitir. Os “10 minutos” instituem – i.e., trazem para a esfera das “regras públicas de pensamento e acção”, nos termos de Mauss¹⁷ – a transmissão de conhecimento como marca do grupo, assim afirmando a propriedade e o controlo colectivos sobre esse património crucial.

Como se referiu, os “10 minutos” subtraem-se parcialmente à produção, dado que o rendimento é susceptível de diminuir quando se trabalha com uma equipa menos qualificada que o habitual. Se o salário é pago por unidade de tempo, como actualmente acontece, qualquer eventual quebra corre por conta da empresa. Mas nos tempos

16 “O oficial então dá-lhe dez minutos. É uma tradição! Já é uma coisa que vem de muito longe, e a gente fazia tamém a mesma coisa. [...] Desde que eu lá trabalho – que eu lá trabalhei – vi já os oficiais fazerem isso, e depois eu e os outros como eu, oficiais mais modernos, fazíamos a mesma coisa” (oficial entrado para a fábrica em 1914, entrevistado em 1998 – cf. MARQUES 2000, 230–33).

17 “[D]es institutions, c’est-à-dire des règles publiques d’action et de pensée” (HUBERT e MAUSS 2002, 20). Para uma reflexão sobre o conceito de instituição aplicado ao trabalho fabril, ver MARQUES (2011).

do pagamento à peça era sobre os vidreiros que directamente recaía tal prejuízo¹⁸. Ora, se os ajudantes mais qualificados tinham, apesar de tudo, a contrapartida da aprendizagem e do treino, o oficial, nada recebendo, procedia então, na verdade, a uma devolução: devolvia ao grupo, na pessoa do seu 1º ajudante, aquilo que outrora do grupo recebera na pessoa do seu próprio oficial. Os “10 minutos” recordam ao oficial que o saber do ofício não é propriedade sua, instituindo, na circulação desse recurso crucial, uma reciprocidade diferida e – muito importante – transitiva, que marca bem o carácter colectivo da detenção do conhecimento técnico vidreiro.

Mercadorização incompleta da força de trabalho?

É neste ponto que se torna pertinente a definição de força de trabalho proposta por Marx (1909). Descrita como “the aggregate of these mental and physical capabilities existing in a human being, which he exercises whenever he produces a use-value of any description” (1909, 185), a força de trabalho inclui, assim, o saber do ofício, como o autor explicita um pouco adiante: “*in order to modify the human organism, so that it may acquire skill and handiness in a given branch of industry, and become labour-power of a special kind, a special education or training is requisite*” (idem, 191). Ao mesmo tempo, Marx assinala repetidamente que a força de trabalho apenas

18 - O que obviamente requeria, por outro lado, um salário habilitado a suportá-lo: “the shorter the time required for training up to a particular sort of work, the smaller is the cost of production of the worker, the lower is the price of his labor-power, his wages. (Marx 1902, 33); cf. também a nota 8.

se encontra na pessoa, no “living self” do trabalhador – e, nessa linha, toda a sua discussão da força de trabalho enquanto mercadoria põe em cena o trabalhador individualmente considerado. É este sujeito individual que, impedido de vender os frutos do seu trabalho por não ter acesso aos meios de produção que lhe permitiriam fabricá-los autonomamente, se vê forçado, para sobreviver, a colocar antes no mercado a sua força de trabalho – sobre a venda da qual, concomitantemente, tem inteiro poder de decisão, por ser um indivíduo juridicamente livre. Que o indivíduo assalariado seja “livre” no duplo sentido de nada ter de seu além da sua força de trabalho e de desta poder dispor inteiramente são, estabelece Marx, as duas condições essenciais para que a força de trabalho se configure enquanto mercadoria.

Ora, se entre os vidreiros o saber do ofício é património colectivo, e se este saber é parte integrante da força de trabalho, isso significa que o vidreiro individual não detém afinal de modo absoluto a sua força de trabalho, não pode dela dispor livremente. A tradução prática desta impossibilidade é bem patente quando são estabelecidas formas de controlo colectivo sobre a cadência produtiva, sobre a progressão na carreira ocupacional ou sobre o acesso a um determinado posto de trabalho – ao mesmo tempo que a contradição entre esta agencialidade colectiva e o facto de ser o “living self” individual a sede da força de trabalho se encontram bem visíveis no carácter amiúde conflitual e incompleto daquelas formas de controlo. Juridicamente tão livre como o seu patrão, ao qual obviamente não o ligam laços de escravidão ou servidão de espécie alguma, mas apenas a relação puramente mercantil de assalariamento, nem por isso o operário vidreiro é inteiramente “livre” enquanto trabalhador, uma vez que a

sua força de trabalho não é inteiramente sua propriedade individual. Falha assim, entre os vidreiros, uma das duas condições tidas como essenciais por Marx para que se possa falar em mercadorização da força de trabalho: estamos perante uma mercadoria incompleta.

A transacção desta força de trabalho não é, portanto, livre, condicionada como está por factores e circunstâncias extra-mercado (embora estreitamente interactuantes com este). Desaparecidas, com o fim do Antigo Regime, as peias explícitas que o Alvará de 1769 estabelecia à circulação de mão-de-obra (tempos mínimos de permanência na fábrica para os oficiais, autorização ao proprietário para que os mandasse seguir e deter caso “fugissem”, obrigatoriedade de a fábrica empregar os aprendizes uma vez formados...), uma outra “economia moral” (Thompson 1971) – e prática – parece entretanto ter emergido e vigorado no período em análise, por meio da qual os vidreiros colectivamente subtraem à esfera mercantil (onde o trabalhador individual se relaciona com o detentor de capital em situação de inferioridade estrutural, pois depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver) a negociação de aspectos fundamentais do exercício da sua força de trabalho. Nem tudo na força de trabalho vidreira está à venda e é intercambiável no mercado, e isso enquadra e condiciona a acção económica tanto do assalariado como do capitalista.

Esta resistência dos vidreiros à mercadorização da sua força de trabalho – ou, para usar os termos de Polanyi, esta sua recusa (ou denúncia, até) da “ficção” do trabalho enquanto mercadoria (2001, 75–76) – poderá decerto ser melhor discutida à luz da ideia, repetida e diversamente articulada na antropologia e na sociologia económicas, por exemplo, de que o des-embobimento e re-embobimento do

económico no social é, pela sua importância crucial na vida colectiva, um processo continuado e conflitual (cf. Polanyi 2001, Granovetter 1985, Mauss 1974, Hart 2005, Bourdieu 2000). Tal não cabendo no âmbito do presente texto, não se terminará, contudo, sem sugerir a inclusão deste modo de mercadorização incompleta da força de trabalho entre as formas híbridas, ou “impuras” (van der Linden 2008, 268) de trabalho assalariado, cuja presença Marx assinalou nas margens do capitalismo industrial mas que correspondem, provavelmente, à capacidade de adaptação às formas e contextos particulares, sem com isso comprometer os mecanismos nucleares de acumulação, que está talvez no centro da expansão e longevidade do capitalismo.



como a Deolinda Folgado pelo convite para apresentar a Mina de São Domingos e a Fundação Serrão Martins no encontro *O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal*.

Emília Margarida Marques

- ¶ Barros, C. V. S. 1998 [1969]. *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II Centenário*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande/Magno.
- ¶ Bonita, D. 1993. *Ao Encontro do Passado*. Marinha Grande: ed. autora.
- ¶ Bourdieu, P. 2000. *Les Structures Sociales de l'Économie*. Paris: Seuil.
- ¶ Farmer, E. 1924. «Some human factors affecting efficiency in the glass trade». *Journal of the Society of Glass Technology*, 8: 69–80, 81–84 (discussão).
- ¶ Foster, J. 2010. «The aristocracy of labour and working-class consciousness revisited». *Labour History Review*, 75 (3): 245–262.
- ¶ Gomes, J. 2001. *Estórias e emoções de uma vida de luta*. Lisboa: Avante!.
- ¶ Granovetter, M.S. 1985. «Economic action and social structure: the problem of embeddedness». *American Journal of Sociology*, 91 (3): 481–510.
- ¶ Hart, K. 2005. «Money: one anthropologist's view». In *A handbook of Economic Anthropology*, ed. J.G. Carrier, Cheltenham: Edward Elgar, 160–175.

- ¶ Hobsbawm, E. 1964. *Labouring Men. Studies in the History of Labour*. London: Weidenfeld and Nicolson.
- ¶ Hobsbawm, E. 1984. «Artisan or labour aristocrat?». *The Economic History Review*, 37 (3): 355–372.
- ¶ Hopkins, E. 1975. «Small town aristocrats of labour and their standard of living, 1840–1914». *The Economic History Review*, 28 (2): 222–242.
- ¶ Marques, E.M. 1995. «‘Cantigas e Cristais’: Actividade Cultural, Passado, Identidade». Dissertação de mestrado em Antropologia, Lisboa, UNL.
- ¶ Marques, E.M. 1997. «O sindicalismo vidreiro nos anos 20». *História*, nova série, 33: 18–29.
- ¶ Marques, E.M. 1998a. «A Marinha Grande e o vidro. 250 anos de identidade». In *Programa Oficial das Comemorações: 250 Anos da Indústria do Vidro na Marinha Grande – 1748–1998*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 22 pp. inum.
- ¶ Marques, E.M. 1998b. «O livro do II Centenário: contextos de um texto comemorativo (prefácio à reedição)». In C.V.S. BARROS, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II Centenário*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande/Magno, III–VIII.
- ¶ Marques, E.M. 1999a. *O Período Stephens na Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande: Algumas Fontes Escritas*. Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro.

- ¶ Marques, E.M. 1999b. «Ritmos da matéria, ritmos de trabalho, razão e poder: o caso de fabrico de vidro na Marinha Grande». *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 12: 173–93.
- ¶ Marques, E.M. (recolha de entrevistas: Ana Mafalda Ventura). 2000. «Resultados parcelares: vidreiros». In AAVV, *Memória e Identidades Profissionais: Reprodução de Sistemas Sócio-Técnicos* (relatório final do projecto PRAXIS/PCSH/P/ANT/44/96, coord. Jorge Crespo), Lisboa: manusc, 211–68.
- ¶ Marques, E.M. 2009. *Os operários e as suas Máquinas: Usos Sociais da Técnica no Fabrico Vidreiro*. Lisboa: Gulbenkain/FCT.
- ¶ Marques, E.M. 2011. «Instituting, de-instituting and under-instituting the complexities of production: struggles on the shop floor». *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, 19 (4): 409–422.
- ¶ Marx, K. 1909 [1867]. *Capital: a Critique of Political Economy*. Chicago: Charles H Kerr & Company (edição Engels, tradução Moore e Aveling).
- ¶ Marx, K. 1902 [1849]. *Wage-Labor and Capital*. New York: New York Labor News Company.
- ¶ Matsumura, T. 1983. *The Labour Aristocracy Revisited: the Victorian Flint Glass Makers, 1850–80*. Manchester: Manchester University Press.
- ¶ Mauss, M. 1974 [1923]. «Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas». In *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: EPU/EDUSP, 39–184.

- ¶ Hubert, H. e M. Mauss. 2002 [1906]. «Introduction à l'analyse de quelques phénomènes religieux». Chicoutimi: Université du Quebec: ed. electrónica http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/melanges_hist_religions/t1_preface/preface.html (acedido em Novembro de 2012). Ed. original: *Revue d'Histoire des Religions*, 58: 163-203.
- ¶ Meigh, E. 1972. *The Story of the Glass Bottle*. Stoke-On-Trent: C.E. Ramsden & C. Ltd.
- ¶ Mónica, M.F. 1981. «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande». *Análise Social*, 6 68: 505-571.
- ¶ Patriarca, M.F. 2000. *Sindicatos Contra Salazar: a Revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: ICS.
- ¶ Pelling, H. 1968. *Popular Politics and Society in Late Victorian Britain*. New York: St. Martin's Press.
- ¶ Polanyi, K. 2001 [1944]. *The Great Transformation: the Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- ¶ Post, Ch. 2010. *Exploring working-class consciousness: critique of the theory of the 'labour aristocracy*. *Historical Materialism*, 18: 3-38.
- ¶ Thompson, E.P. 1971. *The moral economy of the English crowd in the eighteenth century*. *Past and Present*, 50 (1): 76-136.
- ¶ Van der Linden, M. 2008. *Workers of the World: Essays Towards a Global Labour History*. Leiden: Brill.